

19.12.2025

T.C.

Concordo

PROPOSTA SUPERIORMENTE
A ABERTURA DE PROCEDIMENTO
DE CLASSIFICAÇÃO DA PINTURA
"DESCIDA DA CRUZ" COMO BEM

Concordo c/o parecer.

À consideração superior,

19/12/2025

MOVEL DE INTERESSE
NACIONAL

Elsa Pinho
Diretora de Coleções
MMP, E.P.E.

Concordo.

De ter em
procedimento de classificação
como Bem de Interesse Nacional
da pintura "Descida da Cruz".

Alexandre Nobre Pais
Presidente do Conselho de Administração
MMP, E.P.E.

INFORMAÇÃO n.º 1136/COLEÇÕES/2025

Data: 19/12/2025

Processo n.º: H10/2025

Assunto: Proposta de classificação da pintura «Descida da Cruz» de Domingos António Sequeira, datável de 1827

1. ENQUADRAMENTO LEGAL

Lei de Bases do Património Cultural, Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, nomeadamente no disposto do artigo 17º, referente aos critérios genéricos de apreciação para a classificação ou a inventariação dos bens culturais móveis.

Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de setembro, que estabelece o regime de classificação e da inventariação dos bens móveis de interesse cultural.

2. ANTECEDENTES

Em 06-11-2023, foi remetida à então Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), a comunicação prévia de expedição temporária para Espanha, durante o período 02-11-2023 a 02-11-2024, com possibilidade de venda, da pintura *Descida da Cruz*, de Domingos António de Sequeira, tendo como destinatário a representação em Madrid da Galeria Colnaghi. Foi constituído processo interno e solicitado parecer técnico ao Museu Nacional de Arte Antiga sobre o valor cultural da obra e sua saída do país.

Subscrito pelo então Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), Doutor Joaquim Oliveira Caetano, e datado de 14-11-2023, o “Parecer sobre o pedido de expedição temporária sobre a possibilidade de venda da pintura de Domingos António de Sequeira *Descida da Cruz*, óleo sobre tela, datado de 1827, medindo 100x140 cm”, avançava com a proposta de classificação da obra como bem móvel de interesse nacional (dito “tesouro nacional”).

A referida proposta de classificação da *Descida da Cruz* como bem móvel de interesse nacional seria corroborada internamente pela Informação n.º 800/DMMP/DPMI/2023, de 15-11-2023, assinada pelo Técnico Superior da Divisão de Património Móvel e Imaterial da DGPC, Dr. Roberto Leite, com base no relevante interesse cultural, histórico-artístico da obra. Sobre esta Informação recairia o despacho da então Diretora do Departamento de Museus, Fátima Roque “Assunto analisado hoje com o Sr. Diretor-Geral. Considerada não oportuna a abertura do procedimento proposto.”

Despacho da então Subdiretora-Geral da DGPC, Rita Jerónimo, de 22-12-2023, determinava o arquivamento do processo.

Em fevereiro de 2024, a MMP tomou conhecimento que a obra seria apresentada pela Colnaghi na TEFAF Maastricht, e iniciou contactos com a galeria para adquirir a obra para o Estado português.

A 27-02-2024, a Comissão para Aquisição de Bens Culturais decidiu pela aquisição da obra por um valor máximo estimado a partir da disponibilidade de fundos para aquisição de bens culturais pela Comissão e os valores anteriormente pagos por obras equivalentes do autor, nomeadamente a *Adoração dos Magos* adquirida pelo MNAA.

A proposta, encaminhada à galeria a 09-03-2024, foi recusada.

Durante a exposição na TEFAF Maastricht o atual proprietário da obra, a Fundação Livraria Lello, adquiriu-a e a fez regressar a Portugal.

Desde o início do mês de junho de 2024 que a pintura em apreço se encontra exposta, em regime de comodato, no Museu Nacional Soares dos Reis (Porto).

3. INSTRUÇÃO

3.1. Ficha da obra

Título	<i>Descida da Cruz (The Deposition of the cross)</i>
Categoria	Pintura
Autor	Domingos António de Sequeira

Datação	1827 (circa)
Assinatura	-
Localização	Coleção Particular
Material	Óleo sobre tela
Medidas	Altura: 100 cm; Largura: 140 cm
Breve descrição	Cena noturna de calvário, descentralizada, com a figura do Cristo jacente à direita, envolta num sudário, cercada por diferentes figuras. Este grupo principal é realçado por forte luminosidade a emanar do corpo de Cristo e contrasta com a escuridão do resto da pintura, «rasgada» apenas à esquerda por uma luz difusa que surge no céu carregado, por trás das nuvens, em diagonal com a figura de Cristo, reforçando a dimensão celeste do acontecimento. A cruz de madeira, vazia, mais ao centro da composição, ergue-se sobre um espaço de terra vazio, entre ambos focos de luz, parecendo evocar a sua perda de importância – como um anúncio da Ressurreição por vir, evocada pela luz que emana do cadáver.

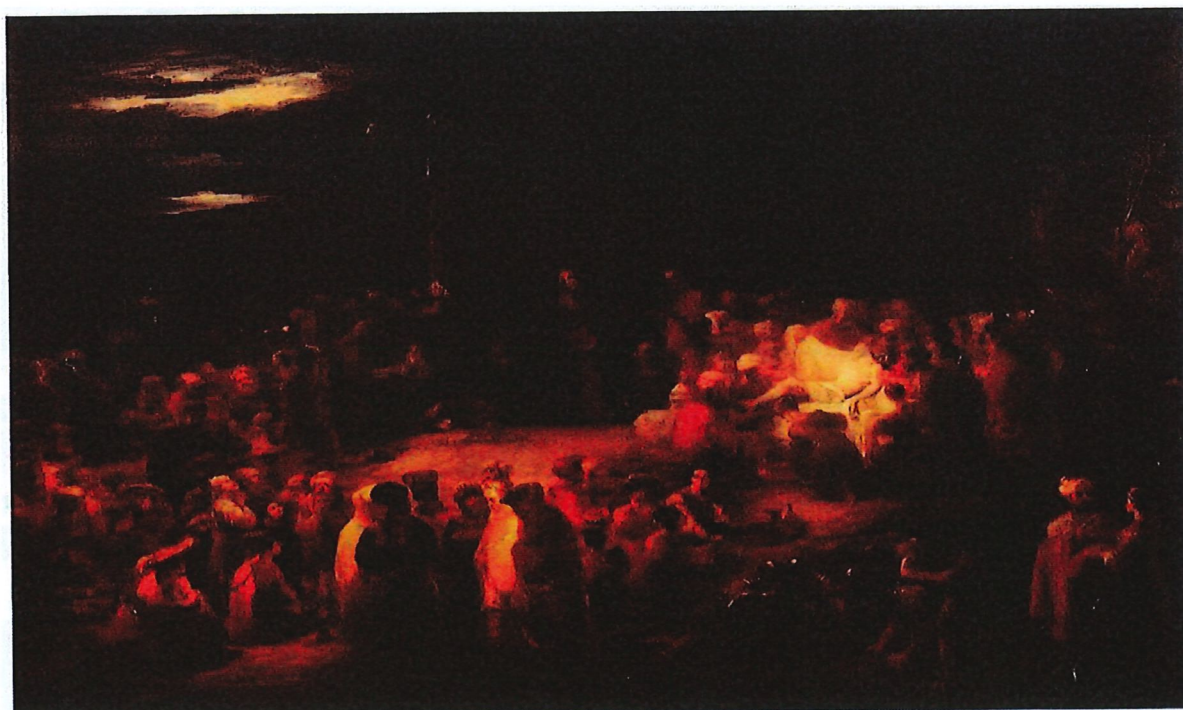


Fig. 1 - *Descida da Cruz*. Domingos António de Sequeira, 1827. Coleção particular

3.2. Domingos Sequeira e a *Descida da Cruz*

Figura marcante do período de transição entre o neoclassicismo e o romantismo, perfeitamente integrado nas ânsias e questionamentos artísticos do seu tempo, Domingos António de Sequeira (1768-1837) é considerado um dos maiores pintores portugueses.

Nasceu em meio humilde, nos arredores de Lisboa. Iniciou a sua formação em desenho e pintura ainda em Portugal, na Aula Régia de Desenho de Figura e Arquitetura Civil. Em 1788, com outros estudantes de talento, é enviado para Roma para aperfeiçoar-se com uma pensão régia – e logo no ano seguinte conquista um dos prémios da Academia do Nu, no Capitólio, organizado pela Academia de S. Lucas, que o aceita mais tarde entre os seus académicos, importante marco no reconhecimento internacional do seu talento por seus pares.

Sequeira permanece na cidade entre até 1795, quando retorna a Lisboa, onde foi grande a sua decepção com o meio artístico português. Como provável resultado desta crise, exilou-se por três anos em ambiente monástico, no Convento da Cartuxa. Retorna ao convívio dos colegas em 1802, quando amigos cortesãos conseguem a sua nomeação como Primeiro Pintor do Príncipe Regente e a codireção da Obra da Ajuda, com Vieira Portuense.

Encontrava-se no Porto, em 1807 aquando do exílio da corte para o Brasil, mas parece ter acolhido bem, tanto os franceses, quanto os ingleses que lhes sucederam. Adepto dos ideais constitucionais do Liberalismo, autoexila-se com a derrota do mesmo, primeiro em Paris, onde obtém uma medalha de ouro no *Salon* de 1824, e a seguir em Itália, para onde retorna definitivamente, instalando-se em Roma a partir de 1826. Parou de pintar em 1833, severamente abalado por uma doença que o terá «privado das faculdades intelectuais» e relegado ao leito, e da qual veio a falecer, na cidade que escolhera, em 1837.

Conforme diversos autores, e o parecer do então diretor do MNAA, Doutor Joaquim de Oliveira Caetano, que refere a extraordinária relevância cultural desta obra, a *Descida da Cruz* (fig.1) faria parte de uma série de quatro telas religiosas que Sequeira executou em Roma entre 1827 e 1833, nos derradeiros anos da sua atividade artística.

Após o falecimento do pintor, a *Descida da Cruz* foi comprada por D. Pedro de Sousa Holstein, 1.º duque de Palmela, à família do artista, em Roma, e trazida para Portugal, juntamente com outras telas de Sequeira da

mesma temática e tamanho semelhante, por ele igualmente adquiridas, nomeadamente a *Adoração dos Magos* (hoje no MNAA), a *Ascensão* e o *Juízo Final*, desde então conhecidas como "série Palmela".

Embora a tela em questão não esteja assinada, a sua elevada qualidade não deixa dúvidas que – tal como a *Adoração dos Magos* –, teria sido terminada, ou pelo menos bastante adiantada pelo pintor.

Um desenho preparatório para ela, executado a carvão e giz em 1827 (MNAA inv.2043 Des.), permite datá-la. Foi adquirido em finais do século XIX pelo Estado português e classificado como Bem de Interesse Nacional pelo Decreto n.º 19/2006, de 18 de julho de 2006.

Especula-se, contudo, se todos os outros quadros da dita «série» estariam igualmente terminados, e se teria sido a intenção de Sequeira elaborar através delas algum tipo de «testamento pictórico» ou «testamento plástico» conforme avançado por alguns historiadores da arte.

Qualquer que tenha sido o resultado visual final pretendido pelo pintor, a *Descida da Cruz* é obra de enorme relevância para o património nacional, reflexo não apenas da incomparável maestria de um pintor português, mas da sua sensibilidade cultural, em plena sintonia com os mais importantes acontecimentos plásticos do seu tempo - digno de figurar entre os grandes artistas da Europa.

Fundamentação da proposta de classificação

O interesse cultural relevante da obra em causa demonstra, separada ou conjuntamente, valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, criatividade, raridade, singularidade e exemplaridade.

De acordo com o Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de agosto, destacamos o elevado interesse cultural da obra em apreço, verificado nos domínios Artístico e Histórico, respetivamente alíneas a) e f) do seu nº 1.

São ainda tidos em conta os seguintes critérios, mencionados no n.º 3 do mesmo Artigo 16.º:

- a) O carácter matricial do bem;
- b) O génio do respetivo criador;
- d) O valor estético, técnico e material intrínseco do bem;

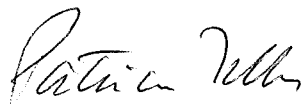
f) A importância do bem na perspetiva da sua investigação histórica e científica e o que nela se reflete do ponto de vista de memória coletiva.

h) A efetiva necessidade de valorização e proteção do bem.

3. Proposta de decisão

Assim, e nos termos do disposto no Artigo 15.º, n.º 4, da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e no artigo 3.º, n.º 2, alínea a), do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de agosto, e com base nos pareceres técnicos existentes, propõe-se a abertura do procedimento de classificação da pintura *Descida da Cruz*, de autoria de Domingos António de Sequeira, datável de 1827.

À consideração superior.



Patricia Telles
Coordenadora de Circulação